

# **ORIENTE, OCIDENTE E OCIDENTALIZAÇÃO: DISCUTINDO CONCEITOS**

Helder Alexandre Medeiros de Macedo  
Professor da Faculdade do Seridó – FAS  
e-mail: [heldermacedox@hotmail.com](mailto:heldermacedox@hotmail.com)

## **Resumo**

Apresenta uma discussão teórica acerca dos conceitos historicamente construídos de Ocidente, Oriente e ocidentalização, no bojo dos acontecimentos geopolíticos da contemporaneidade, onde os meios de comunicação ainda costumam conferir, ao Ocidente, o status de “superior” e “civilizado”.

## **Palavras-chave**

Ocidente, Oriente, ocidentalização

## **Abstract**

It presents a theoretical discussion concerning the concepts constructed of Western, East and westernization, in the bulge of the geopolitical events of the contemporary world, where the medias still costumam to confer, to the Ocidente, the status of "civilized and "better".

## **Palavras-chave**

Western, East, westernization

## 1. World Trade Center: a reafirmação da ocidentalização

11 de setembro de 2001, um dia que ficou marcado na história do Ocidente. Horrorizados, os países do hemisfério oeste do planeta acompanham via televisão e internet, sobretudo, os atentados terroristas contra as torres gêmeas do World Trade Center em Nova York e contra o Pentágono, em Washington. Por debaixo dos destroços e das mais de três mil vidas tiradas quando os aviões com pilotos suicidas se chocaram contra as torres gêmeas, num plano arquitetado pela rede terrorista Al Qaeda, repousam mais que implicações de ordem geopolítica entre os Estados Unidos e o Islã: trata-se de uma *guerra de civilização*, de um embate entre o *Oriente e o Ocidente*, fruto da *globalização*<sup>1</sup>. Foi com esses termos que a rede televisiva CNN – e as demais televisões hegemônicas nos países europeus e americanos, principalmente – noticiou e engendrou um verdadeiro esquema *discursivo*, dando conta: a) do perigo por que passava o Ocidente face aos ataques de organizações que trabalhavam tendo como égide o uso sistemático da violência e do terror, justificados por motivos de ordem religiosa, a exemplo da Al Qaeda, capitaneada por Osama Bin Laden; b) da necessidade que os países ocidentais tinham de se irmanarem em torno dos Estados Unidos da América, nação tida como a que deveria representar a civilização<sup>2</sup> ocidental, numa cruzada contra o Oriente terrorista; c) da consciência – a ser (re)afirmada – de que o mundo ocidental era superior em poderio bélico, tecnológico e inteligência, frente ao Oriente Médio<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Escrevendo a respeito da relação entre a destruição das torres gêmeas e os processos de mundialização, Jacques Le Goff nos lembra de que “Sendo os Estados Unidos a potência dominante da globalização atual, os atentados de 11 de setembro foram a resposta de grupos que se apresentam como os intérpretes de populações muçulmanas que entendem a globalização dominada pelos Estados Unidos como uma opressão”. O autor encara, assim, a atitude da Al Qaeda como uma resposta motivada por razões de ordem civilizacional e, principalmente, religiosa, já que a globalização levada a cabo pelos Estados Unidos acarreta “o maior dos males que pode sofrer uma sociedade: a recusa da tolerância” (LE GOFF, Jacques. Qual o impacto dos atentados sobre o processo de globalização? **Veja**, 26 dez. 2001, p. 158-60).

<sup>2</sup> Estamos tomando *civilização* partindo da concepção discutida por BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**, p. 105-51, para quem as civilizações são realidades de longuíssima duração e solidamente enraizadas em seu espaço geográfico, constituindo-se em verdadeiros germes das futuras nações, entendendo esse processo como inscrito no âmbito da longa duração.

<sup>3</sup> Luis Fernando Ayerbe classifica o atentado de 11 de setembro de 2001 – uma verdadeira invocação da religião como fonte inspiradora contra os Estados Unidos, símbolo máximo da ameaça à sobrevivência do modo de vida islâmico – como sendo parte do *novo terrorismo*, caracterizado por enorme número de vítimas fatais, alvos simbólicos, ataques suicidas e demora em assumir a autoria, não havendo um objetivo político preciso, do contrário, o engajamento em ações mortíferas feitas em nome de Deus e supostamente com sua bênção seriam a chave explicativa dos vários processos desencadeados. Diferentemente do *velho terrorismo*, onde grupos conhecidos como o Exército Republicano Irlandês (IRA), a Frente Popular para a Libertação da Palestina e as Brigadas Vermelhas não costumavam esconder o fato de praticarem atos de *terror* do restante da comunidade internacional (AYERBE, Luis Fernando. **O Ocidente e o “resto”**: A América Latina e o Caribe na cultura do Império, p. 40-1).

Essas idéias reafirmam um ponto de discussão comum entre os chamados *estudos pós-coloniais*<sup>4</sup>: o de que o processo de ocidentalização – sobre o qual voltaremos a falar adiante –, longe de estar consolidado, encontra-se em plena ebulição. A evidência mais palpável dessa efervescência veio a lume decorridos quase dois anos do 11 de setembro, quando um consórcio entre o Reino Unido e Estados Unidos, mesmo sem a autorização expressa do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), invadiu o Iraque. O motivo: a acusação de que Saddam Hussein, líder autoritário desse último país, estaria acumulando armas de destruição em massa, fugindo aos acordos internacionais de paz assinados no período pós-Guerra Irã-Iraque (anos 80) e Guerra do Golfo (anos 90). A invasão do território iraquiano iniciou-se em março e obteve sua primeira vitória em abril, com a tomada e ocupação da capital, Bagdá, seguida da instalação de um governo de ocupação, que tinha como chefe o diplomata norte-americano Paul Bremer.

Os conflitos entre os diversos grupos étnicos e religiosos do Iraque e as forças de ocupação se estenderiam no transcorrer do ano, culminando na captura e prisão do líder Saddam Hussein pelas tropas norte-americanas em dezembro de 2003. Novamente, a máquina televisiva da CNN centrou esforços para (re)afirmar a supremacia do Ocidente através de notícias veiculadas em escala mundial. Supremacia que leva em conta um *choque de civilizações*.

---

<sup>4</sup> Os estudos pós-coloniais se constituem, conforme Sérgio Costa, em uma variedade de contribuições com orientações diversas, que têm como traço comum uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade, sobretudo as noções – e aplicações em pesquisas – de eurocentrismo, ocidentalização e globalização. O prefixo *pós* não indica apenas um *depois* na acepção cronológica do termo, mas, uma operação de resignificação do campo discursivo: são pós-coloniais, portanto, relações que extrapolam os limites do colonialismo e remetem a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais (COSTA, Sérgio. Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial. **Cholonautas – Biblioteca Virtual**, p. 1-28). Não é à toa que *Orientalismo*, de Edward Said, seja considerado um dos manifestos do pós-colonialismo. Aliás, os intelectuais que representam essa tendência, em sua maioria, são de origem oriental, a exemplo de Ranajit Guha, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Gyan Prakash, Achille Mbembe, Mani Lata, Ella Shohat, Arjun Appadurai e Partha Chatterjee (MACHADO, Igor José de Renó. **O que é Pós-Colonialismo?**, p. 5-6).

Particularmente com relação à série de notícias propagada no bojo da invasão e ocupação do Iraque, o intelectual palestino Edward Said pronunciou-se afirmando que

a idéia de choque de civilizações tem um aspecto caricatural muito nocivo, como se enormes entidades chamadas ‘Ocidente’ e ‘Islã’ estivessem num ringue, lutando para ver qual é a melhor. Essa imagem das civilizações exibindo seus músculos uma para a outra como Brutus e Popeye no desenho animado é de uma infantilidade atroz<sup>5</sup>.

A opinião de Edward Said nos encaminha para uma discussão a respeito da própria constituição dessas duas entidades que, a julgar pelos discursos construídos e veiculados pela mídia televisiva de escala global, se digladiam numa interminável batalha que opõe civilização e barbárie, progresso e retrocesso, modernização e arcaísmo, Ocidente e Oriente. Caricaturas, portanto, de discursos construídos e que dão visibilidade a relações de dominação global forjadas no âmbito da própria historicidade das duas *metades* do mundo, a ocidental e a oriental.

É inegável que o esforço de compreender a divisão do planeta em dois hemisférios acabe recaindo no critério geográfico. Essa demarcação, que *a priori* contrapõe o Ocidente (a Europa) ao Oriente (a Ásia)<sup>6</sup>, não corresponde a um desenho tão perfeito e cartesiano, já que esses referenciais geográficos são profundamente marcados, também, por conteúdos culturais.

Além disso, lembremos que, a partir do século XV, os homens que viviam na Europa conheceram outras partes do mundo ainda não reveladas ou imersas em relatos de viagem, sobretudo as áreas que correspondem, na atualidade, à Índia, à América e ao Japão.

Por outro lado, a demarcação geográfica do Oriente e do Ocidente necessita de uma materialização física no espaço, para que possa ser percebida, apreendida e

---

<sup>5</sup> SAID, Edward. Entrevista concedida ao jornalista Carlos Graieb sobre os planos de George Bush com relação ao Oriente Médio. **Veja**, 25 jun. 2003. Verificar, para um melhor entendimento a respeito das práticas do Imperialismo e de sua relação com os diferentes padrões culturais envolvidos nas relações de dominação e subordinação, SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**.

<sup>6</sup> Essa demarcação de caráter bipartido é confirmada pela análise etimológica dos termos Oriente e Ocidente, na análise do sinólogo Mário Sproviero: “A palavra oriente vem do latim *oriens*, ‘o sol nascente’, de *orior*, *orire*, ‘surgir, tornar-se visível’, palavra da qual nos vem também ‘origem’. A palavra ocidente nos vem do latim *occidens*, ‘o sol poente’, de *occ-cidete*, de *op*, ‘embaixo etc’, e *cadere*, ‘cair’. Seríamos induzidos a seguinte analogia: da mesma maneira que o sol nasce no Oriente e morre no Ocidente, assim também a cultura nasce no Oriente e morre no Ocidente.” Para o autor, embora sejam incertas as origens dos termos *Ásia* e *Europa*, as evidências lingüísticas levam a crer que se tratem de sinônimos, respectivamente, de *Oriente* e *Ocidente* (SPROVIERO, Mário B. **Oriente e Ocidente**: demarcação, p. 2).

mesmo discutida. Essa materialização aparece com realce na obra de Jacques Le Goff que trata da história do Ocidente medieval. Aliás, não se trata de uma separação, mas, de um *corte* feito pelo historiador gerando a representação que ele considera ser o Ocidente em um mapa. Temos a consciência, assim, de que a cartografia é uma forma de expressão e, o mapa, suporte material dessa representação do espaço. Isso nos leva a concordar com o pensamento do historiador Paulo Knauss, que enxerga o mapa-múndi como uma representação do espaço historicamente condicionada pelo seu tempo e pelas maneiras pelas quais os seus produtores enxergavam o mundo. Para o autor,

A representação cartográfica do mundo que utilizamos por convenção se relaciona com a história européia, uma vez que foi esse universo cultural que pela primeira vez conviveu com a experiência de freqüentar sistematicamente todos os continentes, desde o início da Época Moderna.<sup>7</sup>

O Ocidente cartografado por Jacques Le Goff (Figura 01) corresponde ao *Ocidente geográfico*, composto de partes da Europa, da África e da Ásia, tendo o mar Mediterrâneo como centro. A visualização do mapa, entretanto, deixa claro, inclusive em termos territoriais, a superioridade da Europa nessa composição. O segundo mapa elaborado pelo autor (Figura 02), trata do *Ocidente religioso*, equivalendo praticamente à Europa e, nesse caso, é patente a identificação com o cristianismo. Um e outro, os dois mapas constituem-se enquanto fruto da representação de Jacques Le Goff sobre o que ele imaginou ser o Ocidente durante a Idade Média. Partindo do pressuposto de que a demarcação entre Ocidente e Oriente – não originada, certamente, na Idade Média – corresponde a uma *construção* historicamente processadas, interessa-nos, neste trabalho, discutir essa *construção* e, mais adiante, como o avanço deste último, em particular, processou-se pelas terras *anexas* ao Velho Mundo a partir do final do século XV.

---

<sup>7</sup> KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 4.

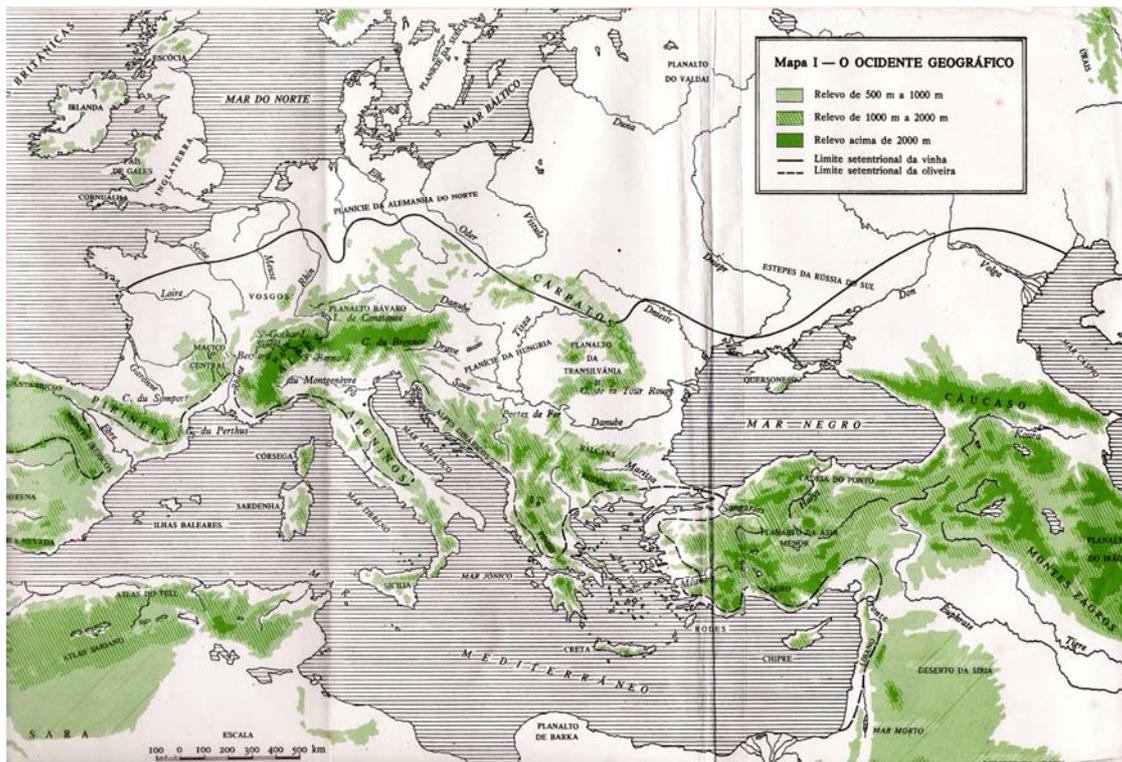


Figura 01

O Ocidente geográfico. Fonte: LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

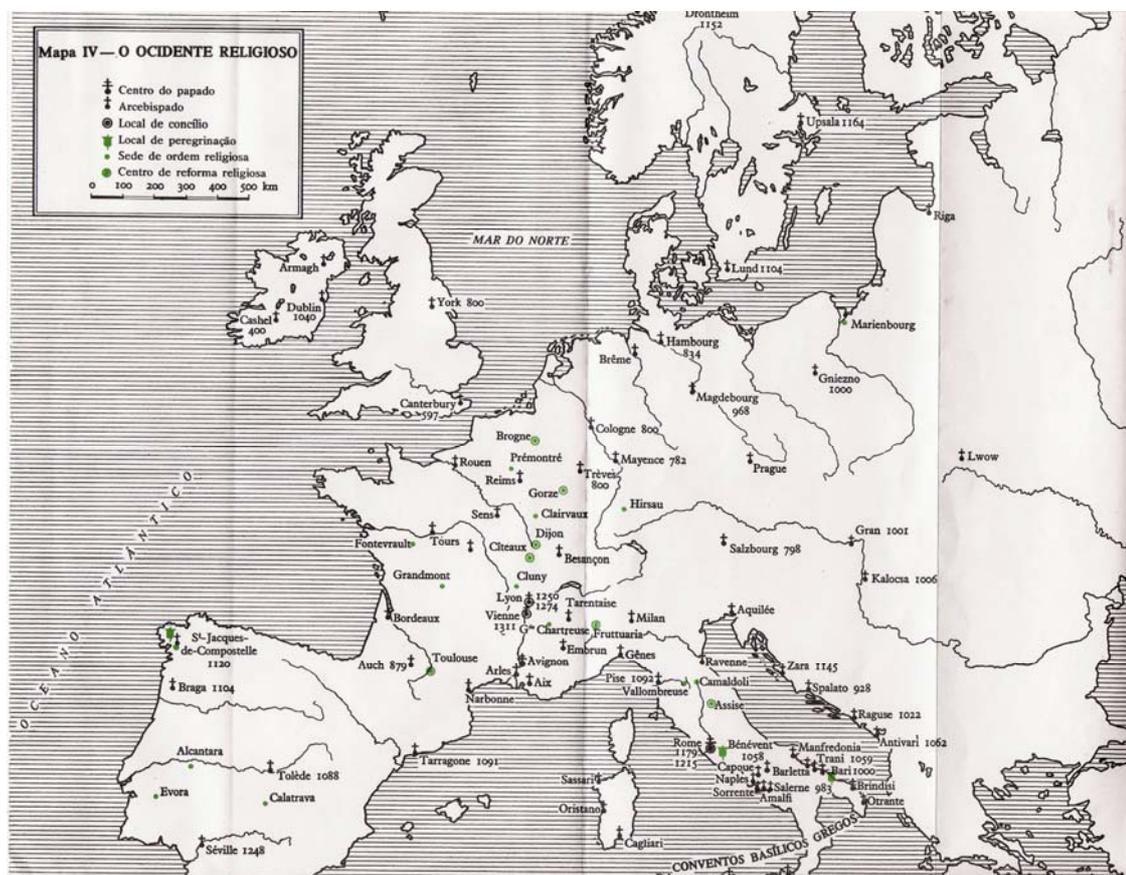


Figura 02

O Ocidente religioso. Fonte: LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

## 2. Construções do Oriente

No plano físico, o Oriente corresponde aos territórios situados no continente asiático. Todavia, dada a pluralidade de línguas e culturas existentes nessa superfície do globo, o sinólogo Mário Sproviero nos adverte para a existência não apenas de um, mas, de três *Orientes*, que o autor considera como grandes sistemas culturais, denominados por sua relação de proximidade/longinquidade com a Europa: o Próximo Oriente, o Oriente Médio e o Extremo Oriente.

A cultura árabe constitui o Próximo Oriente, em territórios ocupados, no passado, por sumérios, egípcios, assírios, babilônios, persas, judeus, gregos e romanos, que corresponde, conforme a opinião do crítico social francês René Guenón<sup>8</sup>, aos confins da Europa, parte da Ásia e toda a África do Norte – atualmente confundido, sobretudo nos meios de comunicação ocidentais, com o Oriente Médio. Este, para Mário Sproviero, corresponde ao universo cultural hindu, enquanto o Extremo Oriente é formado pelo universo da cultura chinesa, estendendo-se pelo Vietnã, Coréia, China e Japão, principalmente<sup>9</sup>.

Que seria, então, o *Oriente*? Quais suas relações (discursivas) com o *Ocidente*? Essas são perguntas centrais que norteiam a obra de Edward Said<sup>10</sup>, que citamos pouco antes, quando comentávamos sua posição frente à política de George Bush em relação ao Oriente Médio. *Orientalismo*, título de sua obra mais conhecida, analisa essa temática de forma ampla e significativa, se constituindo em uma tentativa de encarar o *Oriente* pela visão de um oriental *ocidentalizado* – lembrando a situação do autor, que residiu durante boa parte de sua vida nos Estados Unidos. Said acredita que o século XVIII seja o lugar privilegiado para que as idéias sobre o Oriente viessem à tona e ganhassem nova roupagem sob o signo da filologia e de outras

---

<sup>8</sup> A opinião de René Guenón acerca das diversas realidades orientais e a construção de determinadas imagens sobre elas pelo Ocidente pode ser aprofundada em GUENÓN, René. **Oriente y Occidente** [ 1924 ].

<sup>9</sup> SPROVIERO, Mário B. Op. cit., p. 3-5.

<sup>10</sup> Dentre as críticas que foram feitas à obra de Edward Said podemos anotar a de Manuela Delgado Leão Ramos, num estudo sobre Antonio Feijó e Camilo Pessanha tendo por base a literatura, tida pela autora como um dos mais eficientes filtros de imagens, discursos e conceitos sobre o *outro*. Manuela Ramos considera a posição de Said como de aceção negativa em relação ao orientalismo, que ela considera não apenas como sendo baseado numa relação de dominação intelectual e política, mas, também, numa intenção de conhecimento e entendimento mútuos. Enfatiza, portanto, um orientalismo positivo, ao abordar obras de escritores portugueses como Wenceslau de Moraes e Eça de Queiroz (RAMOS, Manuela Delgado Leão. **Antonio Feijó e Camilo Pessanha no panorama do orientalismo português**. Lisboa: Fundação Oriente, 2001, apud TEÓFILO, Teresa. **Identidade e reconhecimento: o outro chinês**. Contributos para a o estudo da Comunidade Chinesa de Portimão, p. 11-3).

disciplinas do conhecimento<sup>11</sup>. Essa (re)significação das idéias, imaginários e doutrinas teve em Flaubert, Sacy e Renan nomes dignos de nota, pelo fato de transmitirem suas representações sobre o Oriente através da literatura de romance (no caso do primeiro) e da compilação de antigos textos orientais e sua tradução (no caso dos dois últimos)<sup>12</sup>.

Embora reconheça significados diversos no tempo para o termo orientalismo, Edward Said não crê que *Oriente* possa designar apenas um lugar de romances, de exotismo, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis, de um Egito imortalizado e de babilônios, sírios, fenícios e cretenses mitificados na literatura. Acima de tudo, trata-se de uma *invenção* do *Ocidente*, ou seja, de uma criação discursiva da Europa, com o objetivo de (re)afirmar: a) sua superioridade frente às regiões designadas como orientais, tidas como atrasadas e deslocadas no tempo e espaço; b) a identidade homogênea das populações européias, diversa da dos povos não-europeus; c) a necessidade de definição de um determinado lugar através do reconhecimento da alteridade, isto é, do *Oriente*.

Opinião semelhante demonstra o sociólogo Sérgio Costa, ao problematizar a importância dos estudos pós-coloniais para as Ciências Sociais, quando se refere ao orientalismo como uma maneira institucionalizada de produzir representações sobre uma determinada região do mundo – a sua parte leste –, alimentada, confirmada e atualizada pelas próprias imagens e conhecimentos (re)criados. Anuncia o autor, a propósito, que

O oriente do Orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este

---

<sup>11</sup> Para Teresa Teófilo, “Há quem afirme que os portugueses criaram o primeiro orientalismo europeu a partir do século XVI. (...) as navegações marítimas portuguesas permitiram a construção de um império, não só territorial, geográfico, comercial, mas também cultural e imagético: o Oriente Português. Do contacto com culturas tão diferentes como a Índia ou a China, resultou uma construção da visão do Outro ao longo dos séculos.” (Id., p. 10).

<sup>12</sup> SAID, Edward. Estruturas e reestruturas orientalistas. In: **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente, p. 121-205. O autor afirma, ainda, que quatro grandes correntes de pensamento determinam a presença do movimento de (re)estruturação do intelecto e das instituições orientais no século XVIII: a expansão geográfico-religiosa do Oriente; a capacidade de tratar historicamente com culturas não-europeias e não judeu-cristãs; solidariedade na identificação seletiva com regiões e culturas; as classificações da humanidade por cristérios (cor, raça, origem, por exemplo) que não as de ordem religiosa.

outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser<sup>13</sup>.

Assim, podemos definir o *Oriente*, indo além da mera amarração a critérios de ordem geográfica, como uma construção ocidental, baseada em estereótipos reducionistas (o oriental é sensual, vicioso, tirânico, retrógrado e preguiçoso) para construir uma cultura homogênea passível de ser dominada, em nome de um Ocidente também idealizado. Isto pode ser confirmado em estudo realizado pela historiadora Teresa Teófilo acerca de uma comunidade chinesa em Portugal, quando afirmou, a propósito da discussão empreendida por Said, que este

tenta provar que o Ocidente construiu a sua própria identidade por oposição à do Oriente. Ao longo desse processo identitário foi consolidada a idéia de que a diferença entre o Ocidente e o Oriente é a racionalidade, o desenvolvimento e a superioridade do primeiro. Ao segundo são-lhe atribuídas características como aberrante, subdesenvolvido e inferior<sup>14</sup>.

Diferentes experiências políticas de, pelo menos, três grandes potências, foram utilizadas como verdadeiros fios condutores dessa construção discursiva do Ocidente sobre o Oriente, em várias épocas. Inicialmente, a Inglaterra e a França, no contexto da colonização (imperialista) da África e da Ásia, momento em que o Oriente deixa de ser um campo de observação – inclusive suscitando estudos e traduções de originais (principalmente do árabe) para o inglês e o francês – para ser um campo de expansão. Como se os povos orientais fossem um problema a ser resolvido por meio da aceitação de um poder superior que os dominasse. Em outras palavras, podemos afirmar que o discurso orientalista deu fundamento e justificação para as estratégias de colonização imperialista inglesa e francesa durante o século XIX<sup>15</sup>.

Posteriormente, no século XX, os Estados Unidos da América elegeram-se e foram eleitos, pelos países que orbitavam em torno de seus ditames, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais, como os representantes de uma nova ordem mundial, ocidental, capitalista, democrata e liberal. Foram os territórios intelectuais e imaginativos dessas nações – a Inglaterra, a França e os Estados Unidos – que escreveram, produziram e construíram determinadas *versões* do *Oriente*, algumas

---

<sup>13</sup> COSTA, Sérgio. **Muito além da diferença:** (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial, p. 3-4.

<sup>14</sup> TEÓFILO, Teresa. Op. cit., p. 9.

<sup>15</sup> Sobre o imperialismo francês e inglês no século XIX e início do século XX, sobretudo suas conseqüências e desdobramentos na Primeira Grande Guerra, observar HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios** – 1875-1914.

das quais, ainda hoje, (re)correntes na televisão, no cinema e mesmo na literatura<sup>16</sup>. Se o Oriente é, portanto, uma *invenção* do Ocidente, o que dizer deste? Quem inventou o Ocidente?

### 3. Construções do Ocidente

A constituição discursiva do Ocidente é formada de chaves históricas e filosóficas que nos ajudam a compreender como se deu o processo de auto-reconhecimento e de reconhecimento pelos *outros* da cultura ocidental. Essas chaves foram analisadas e discutidas pelo filósofo Philippe Nemo, que considera Ocidente não como um povo, mas, enquanto uma cultura constituída sucessivamente por vários povos, cujos homens e mulheres, de diferentes origens, voluntariamente assumiram valores estranhos aos de seus grupos de origem: os romanos, que passaram por processos de helenização; os gauleses, que foram submetidos pelos romanos e, em duas ou três gerações, abandonaram sua língua em favor da aceitação da latinidade; os europeus pagãos, que se converteram em massa ao cristianismo e os europeus cristãos, que se apropriaram do direito romano e da ciência grega, “reconhecendo esses *passados* como *seu* passado, como a fonte de suas normas, de seu imaginário e de sua identidade”<sup>17</sup>.

Dessa forma, a morfogenia cultural do Ocidente repousaria, apesar de sua complexidade, em cinco acontecimentos essenciais: a) a invenção, grega, da cidade, da liberdade sob a lei, da ciência e da escola; b) a invenção, romana, do direito, da propriedade privada, da noção de *pessoa* e do humanismo; c) a revolução ética e escatológica da Bíblia, imanente à cultura judaico-cristã; d) as mudanças na igreja e sociedade cristã com a *Revolução Papal* dos séculos XI ao XIII, que utilizou a razão (leia-se, a ciência grega e o direito romano) para inscrever a ética e a escatologia bíblicas na História, realizando, assim, a primeira fusão evidente entre Atenas, Roma e Jerusalém<sup>18</sup>; e) a promoção da democracia liberal, coroada pelas grandes revoluções democráticas e burguesas, que acabou por dar existência à modernidade. Desses cinco acontecimentos podemos extrair, conforme Philippe Nemo, os valores e

---

<sup>16</sup> SAID, Edward. Op. cit., p. 13-39. As duas situações que citamos no início desse texto – a do 11 de Setembro e a da invasão do Iraque pelos Estados Unidos – partem, portanto, da experiência norte-americana de construção de determinadas idéias sobre o Ocidente e sobre o Oriente.

<sup>17</sup> NEMO, Philippe. **O que é o Ocidente?**, p. 11.

<sup>18</sup> Essa *fusão* é corroborada por SPROVIERO, Mário B. Op. cit., p. 3, que considera a cultura ocidental, surgida na Europa, como um grande sistema cultural, formado da síntese de três culturas: a grega, a romana e a judaica (na componente cristã), mais os elementos vindos dos povos germânicos.

instituições que se configuram enquanto componentes essenciais do Ocidente: o Estado de direito, a democracia, a liberdade intelectual, a racionalidade crítica, a ciência e a economia baseada na propriedade privada<sup>19</sup>.

A discussão realizada por Philippe Nemo tendo como base essas chaves histórico-filosóficas, todavia, está carregada de forte etnocentrismo, na medida em que reafirma, em diversas passagens do seu texto<sup>20</sup>, a superioridade do Ocidente, negando às nações de cultura oriental qualquer possibilidade – a não ser que se *ocidentalizem* – de progresso material, tecnológico e social. Essa reafirmação também fica notória quando o autor, ao final da discussão sobre o Ocidente, baliza as fronteiras que o dividem do Oriente: somente as sociedades que tenham passado por todos e cada um dos cinco acontecimentos listados no parágrafo anterior podem ser considerados de cultura ocidental. Partindo desse critério, quatro grandes blocos existiriam no planeta: o Ocidente (apenas as sociedades da Europa Ocidental e da América do Norte), os países próximos do Ocidente (situados na Europa Central, na América Latina<sup>21</sup>, no mundo ortodoxo e Israel), o mundo árabe-muçulmano e as “outras” civilizações (Oceania, África, Índia, China e Japão).

O historiador Bernard Gueneé, por outro lado, ao estudar os Estados que existiam na Europa no decurso dos séculos XIV e XV, entende o Ocidente como uma comunidade cultural com significados diversos desde a Antiguidade – a noção do que pode ser considerado *ocidental*, portanto, depende da temporalidade e do espaço a que estamos nos referindo. Entre os séculos III e V, grosso modo, no âmbito do

---

<sup>19</sup> NEMO, Philippe. Op. cit., p. 9-10.

<sup>20</sup> Esses excertos, caracterizantes da abordagem etnocentrista e eurocentrista do autor, encontram-se em praticamente todos os capítulos da obra. Podemos dar destaque, para exemplo, dos seguintes: “Nenhuma civilização não-ocidental parece ter desejado deliberadamente o *progresso*” (p. 45); “O atraso do islã, em termos de ciência, técnica e economia seria por causa da ‘opressão’ imposta pelas potências colonizadoras que, deliberadamente, teriam ‘bloqueado’ seu desenvolvimento” (p. 81); “Houve uma ciência indiana, chinesa, japonesa, árabe; no entanto, a ausência de verdadeira liberdade crítica acabou-lhes sendo fatal. É ponto pacífico que esses embriões de ciência jamais conseguiram provocar a espécie de ‘precipitado químico’ do progresso científico observada no Ocidente a partir da Era Moderna, ou seja, do momento em que foram instaladas as instituições de liberdade (...)” (p. 89); “Podemos realmente duvidar de que a democracia – pelo menos, na forma como a conhecemos – venha a enraizar-se onde não existe esse húmus intelectual e moral, ou seja, na maior parte das civilizações não-ocidentais” (p. 96). E, para finalizar, em tom aterrador, Philippe Nemo apregoa que “O Ocidente foi colonizador por ter sido tecnológica e economicamente superior, graças ao processo de morfogênese cultural, já descrito (...). Na colonização, não houve nenhuma ‘maldade’ ou, de forma mais exata, não foi cometido nenhum exagero diferente do que possa ter ocorrido em todos e em cada um dos fenômenos anteriores de poder.” (p. 121-2).

<sup>21</sup> A problemática da América Latina – inclusive dessa nomenclatura – e de sua inserção no circuito econômico mundial pode ser encontrada em ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo Ocidente**: introdução à América Latina. Para o autor, cientista político e embaixador da França no México, os países tidos como “latinos” constituem uma América periférica e que culturalmente pertence ao Ocidente. Pelo fato da maioria desses países serem subdesenvolvidos, a América Latina pode ser encarada como o “Terceiro Mundo do Ocidente” ou o “Ocidente do Terceiro Mundo” (Id, p. 25).

Império Romano, a diferença entre Ocidente e Oriente se demarcava nas possessões dominadas pela língua latina e pela língua grega, respectivamente – fruto da divisão do Império procedida no ano 395, em decorrência de crises internas, em que Teodósio retalhou a vastidão de Roma em dois territórios, o Império Romano do Ocidente (cujo centro, a Roma decadente, cairia oitenta anos mais tarde) e o Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla, sobrevivendo até 1453)<sup>22</sup>.

Com a oficialização do cristianismo enquanto religião oficial do Império Romano (392) e sua crescente expansão no continente resulta que, na Idade Média, a unidade do Ocidente possa ser medida pelo termômetro da religiosidade e da cultura. Em outras palavras, Bernard Gueneé acredita que, no entorno do século XIII, os termos *cristandade* e *latinidade* fossem sinônimos de Ocidente: ou seja, designariam o conjunto dos países europeus que reconheciam a autoridade do Papa de Roma e cuja língua era o latim<sup>23</sup>.

Nessa época, segundo o autor, o vocábulo *Europa* não passava de um termo com valor apenas geográfico e de emprego raro. A partir do final do século XV, todavia, a chegada dos europeus ao Novo Mundo e conseqüente ampliação da Cristandade daria as condições necessárias para que o termo *Europa* permanecesse melhor para qualificar a velha comunidade do Ocidente. O Ocidente não se definiria mais simplesmente pela religião romana (cristã) ou pela cultura latina, mas, também, pela liberdade política ensejada pelo surgimento e fortalecimento dos Estados, com estruturas políticas e econômicas bem definidas, monarquia centralizada, forte caráter expansionista e presença de um sentimento *nacional*<sup>24</sup>. É o momento histórico em que o Ocidente se expande, estendendo seus tentáculos por outras partes do planeta.

---

<sup>22</sup> GUENEÉ, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**, p. 47-8.

<sup>23</sup> Id., p. 48.

<sup>24</sup> Id., p. 49-60.

#### 4. Ocidentalização: expansão do Ocidente

O alvorecer dos tempos modernos<sup>25</sup> corresponde ao instante em que o Ocidente inicia um amplo processo de dilatação frente a lugares ainda não conhecidos ou até aquele momento fora do seu manto dominial, sobretudo os espaços que hoje correspondem ao continente africano, americano, parte do asiático e oceânico. Coincidentemente, trata-se do momento de transição de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista, marcado pelo que Karl Marx denominou “acumulação primitiva do capital”<sup>26</sup>, exercida, em grande medida, pela burguesia mercantil.

Do ponto de vista cultural, Jean Delumeau enuncia que, na Europa, a recuperação do legado da Antiguidade Clássica – que deveria servir de modelo aos europeus, tidos como legítimos herdeiros desses valores e ideais – constitui-se enquanto instrumento para a elaboração gradativa de um modelo de sociedade ocidental: a “civilização do Renascimento”. Sociedade esta que se (re)afirmará perante as não-européias autopromovendo-se enquanto superiora e avançada por retomar a herança greco-romana e romper com o “obscurantismo” dos tempos medievais. O Renascimento, mais que um movimento de renovação intelectual e artística, desse modo, seria uma tentativa de “promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as que lhe eram paralelas”<sup>27</sup>.

Partindo das premissas acima, acreditamos que dois conjuntos de processos históricos são responsáveis pela formação do mundo ocidental moderno, sem acreditar que eles estiveram separados e descontínuos no tempo e no espaço. O primeiro desses conjuntos diz respeito a acontecimentos de ordem cultural, política e econômica que, a princípio, tiveram como palco a Europa, alastrando-se por outros

---

<sup>25</sup> Não há consenso, na historiografia, sobre as balizas cronológicas dos períodos históricos que nos antecederam. As datas mais aceitas para a periodização da Idade Moderna são a de 1453 (tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos) para o início e 1789 (Revolução Francesa) para o término. Hilário Franco Júnior, todavia, credita pelo menos três anos para o início dos tempos modernos, dependendo do critério observado: 1453 (coincidentemente, fim da Guerra dos Cem Anos), 1492 (chegada à América pelos europeus) e 1517 (início da Reforma Protestante) (FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média: nascimento do Ocidente**, p. 11-5). A viagem de Cristóvão Colombo e a ocidentalização das terras situadas a oeste da Europa foram tão importantes para a história da humanidade, na opinião de Tzvetan Todorov, que o ano de 1492 de fato poderia ser tomado como marco do alvorejar da Idade Moderna (TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**, p. 5-6).

<sup>26</sup> MARX, Karl. **O Capital**, v. II, p. 261-94.

<sup>27</sup> DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento**, v. 1, p. 20.

continentes. Dentre eles, podemos listar, acompanhando o raciocínio dos historiadores Joel Carlos de Souza Andrade e Manoel Carlos Fonseca de Alencar,

o Renascimento, a “descoberta” e a anexação do Novo Mundo, a Reforma Religiosa e sua relação com o nascimento do capitalismo, as revoluções burguesas (Industrial e Francesa), o imperialismo e a expansão do capitalismo e, finalmente a guerra armamentista e o terrível poderio bélico acumulada pelas nações no século XX, em parte conseqüência das duas grandes guerras que assolaram o mundo<sup>28</sup>

Trata-se de acontecimentos, portanto, que representam mais de cinco séculos de historicidade, entre o Velho e o Novo Mundo, e que traduzem, através do ângulo da longa duração, relações de dominação da Europa para com outras partes do globo. Nessa dominação, chegamos mesmo a cruzar com os conflitos dos dias atuais, a exemplo dos que assolam o Oriente Médio, tido como região das mais conflituosas do planeta, envolvendo o armazenamento de armas de alto poder destrutivo, notadamente as nucleares. Esses processos, portanto, inscreveram a Europa – e, a partir do século XX, os Estados Unidos da América – como locais de irradiação de onde se partiam as idéias e determinações hegemônicas em se tratando de dominação e de subordinação.

O outro conjunto diz respeito a um amplo processo histórico inscrito em um dos eventos listados no rol anterior, o da *descoberta* e da anexação do Novo Mundo. Esse processo, motivado pelo ápice do Capitalismo Comercial, favoreceu a expansão da cultura ocidental por terras ainda não conhecidas (pelos europeus); em outras palavras, deu condições para que a *ocidentalização* acontecesse.

Nas terras situadas na outra margem do Oceano Atlântico os europeus conheceram sociedades radicalmente diferentes das suas e, notadamente, com um grau tecnológico e cultural não semelhante. Essa diferença, convertida em inferioridade dos nativos das novas terras, se constituiu em uma das formas que levou o europeu a se encontrar na imagem do outro – embora este fosse diferente, bárbaro, infiel, oposto aos valores da cultura cristã –, quer dizer, a ver no seu contrário, como num espelho, o que ele não era. Com a anexação dos territórios pelo poder político das potências peninsulares – Portugal e Castela – paulatinamente procedeu-se, também, à incorporação dos corpos e das almas dos indígenas, na

---

<sup>28</sup> ANDRADE, Joel Carlos de Souza; ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Do Paraíso às Chamas, das Chamas ao Paraíso. **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 5, n. 10, p. 2.

tentativa de torná-los súditos dos reis (católicos) e do Supremo Pontífice de Roma. De forma que

através dos contatos com as sociedades indígenas, inicia-se o longo itinerário da descoberta do Outro. É como se, tendo forçado os limites do horizonte, o ocidental fosse encontrar o seu Outro, como se o olhar não tivesse outra saída a não ser o reflexo de si mesmo no Outro: o ocidental começa a tornar-se consciente no contato com um novo mundo exterior. As sociedades indígenas revelaram para o Ocidente o seu lado oculto que ele ignorava<sup>29</sup>.

Desse modo, podemos inferir que o processo de reconhecimento e construção do Ocidente, na época moderna, se dá tanto por eventos desencadeados a partir da Europa e que concorrem para o fortalecimento de sua hegemonia, como pela própria relação de *descoberta*<sup>30</sup> feita nas terras situadas na outra margem do Atlântico, de povos autóctones até então ignorados e que se fazia necessário conduzir para a grei cristã – em outras palavras, ocidentalizá-los. É, pois, na passagem do século XV para o XVI que encontramos a plenitude do Ocidente, à medida em que a cultura ocidental se alastra por outras partes do globo – sobretudo na América – e destrói territórios nativos para, em cima de seus escombros, fundar novas territorialidades, semelhantes, em tese, às deixadas no Velho Mundo.

Mortes, fugas, escravização, esses são apenas alguns dos acontecimentos que caracterizaram o processo de Ocidentalização na América, notadamente o “desaparecimento” dos povos autóctones que habitavam nesse continente há milênios. Desaparecimento que se manifestou através da violência expressa, da exploração do trabalho indígena, das guerras de conquista, da aculturação<sup>31</sup>, de grandes fomes, de hecatombes<sup>32</sup> e de fugas para novas regiões<sup>33</sup>. E, também, da

---

<sup>29</sup> NOVAES, Adauto. **A outra margem do Ocidente**, p. 8. Os outros textos dessa coletânea problematizam, por meio de diferentes óticas, o processo de reconhecimento de uma outra alteridade a ser incorporada ao Ocidente a partir da *descoberta* da América.

<sup>30</sup> A chegada dos europeus às terras situadas além Atlântico vem sendo tratada de forma diferenciada (entre aspas, ou em itálico) nesse texto, por acreditarmos, junto com O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**, que o *descobrimento* se trata de uma construção discursiva bem ao gosto da literatura européia da transição entre os séculos XV e XVI.

<sup>31</sup> Estamos tomando o conceito de *aculturação* com base na problematização de Nathan Wachtel, para quem esse fenômeno não merece ser encarado apenas como uma “evolução” das sociedades nativas em face do contato com os europeus, devendo ser visto como um movimento contínuo onde dominantes e dominados são levados a compartilhar (espontaneamente ou de forma imposta) dos valores culturais um do outro, levando à formação de sociedades extremamente complexas e mestiças - especificamente no caso da América da conquista (WACHTEL, Nathan. *A aculturação*. In: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre (dir). **História: novos problemas**, p. 113-28).

<sup>32</sup> Os números do processo depopulativo na América são assustadores, embora as cifras exatas ainda sejam controversas. Manuela Carneiro da Cunha, citando Sapper (1924), Kroeber (1939), Rosenblat (1954), Steward (1949), Borah (1964), Dobyns (1966), Chaunu (1969) e Denevan (1976), atribui à faixa

imposição de quadros e modos de vida da Europa Ocidental, sobretudo da Península Ibérica, elaborados durante os séculos precedentes à conquista<sup>34</sup>.

Estabelecidos na América, os europeus dedicaram-se com afinco na árdua tarefa de edificar réplicas da sociedade que haviam deixado do outro lado do Oceano Atlântico. Desejavam transmigrar o mundo ibérico, com suas instituições e imaginários, como se fossem duplicar o Velho Mundo dos lusos e dos castelhanos – cuja centralização política precoce favoreceu ambos os reinos a lançarem-se aos mares – nas terras “descobertas” após 1492<sup>35</sup>.

A ocidentalização corresponde, portanto, ao movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. Esse movimento de ocidentalização<sup>36</sup>, levado à frente por castelhanos e posteriormente por portugueses, produz situações de choque e relações de poder entre os recém-chegados (os europeus) e os que se encontravam na terra firme (os nativos). Segue mais ou menos o mesmo padrão – o da imposição da cultura ocidental sobre os modos de vida e as cosmogonias nativas –, porém, cria especificidades dependendo

---

de 1 a 11 milhões a população apenas das terras baixas da atual América do Sul, enquanto que para toda a vastidão do continente os números iriam de 8 a 100 milhões de habitantes (CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**, p. 14).

<sup>33</sup> Id., p. 9-14.

<sup>34</sup> Octavio Ianni, em **A era do globalismo**, ao tratar desse processo de difusão planetária desde a época das navegações ultramarinas dos séculos XV-XVI, denomina de *transculturação* o fato de a globalização ser, concomitantemente, um processo de *ocidentalização do mundo* e de *orientalização*. Sustenta, por conseguinte, que a propagação das culturas em nível global não se dá verticalmente, tomando como ponto de partida apenas o Ocidente, mas, propiciando que elementos de culturas africanas, indo-americanas e afro-americanas circulem pelo mundo (apud GROppo, Luís Antonio. *Transculturação e novas utopias*. **LuaNova**, n. 64, p. 63). Essa posição de entendimento da formação das culturas do Novo Mundo a partir da mescla de elementos orientalizantes e ocidentalizantes pode ser vista em trechos da obra de Gilberto Freyre (sobretudo *Casa-Grande & Senzala*). Ao considerar a Península Ibérica ponto de transição entre Oriente e Ocidente, Gilberto Freyre assegurou que muitos dos hábitos e costumes em voga no Período Colonial seriam heranças, sobretudo, dos muçulmanos e dos árabes (BASTOS, Elide Rugai. **Brasil: um outro Ocidente?** Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira, p. 1-16).

<sup>35</sup> O conceito e a problemática da ocidentalização estão sendo tomados, aqui, de GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**, p. 63-110.

<sup>36</sup> Muito antes de Serge Gruzinski problematizar os reflexos da ocidentalização e da mestiçagem cultural fruto desse amplo processo, no Brasil a temática dos intercursos culturais entre povos de diferentes origens já encontrara refúgio na obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Referimo-nos a *Caminhos e Fronteiras* (publicado em 1957), onde o autor discute a proposta de aculturação tanto dos indígenas quanto dos portugueses. Essa atitude de aculturação do europeu ocasionou-se, segundo Sérgio Buarque de Holanda, devido ao meio hostil e inseguro que fez com que os *marinheiros* (como eram chamadas as pessoas que vinham do Velho Mundo pelo mar) renunciassem a uma vida nobiliárquica e sedentária, assimilando os usos e costumes indígenas para sobreviver – o que acarretava um novo estilo de vida, mestiço, parte europeu, parte nativo. Para um aprofundamento desse assunto, consultar HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**.

da porção do continente que estava sendo ocupada, determinada pela linha de Tordesilhas, bem como do tipo de sociedade que habitava nessas terras.

Na porção que pertencia ao domínio de Castela, sobretudo na costa banhada pelo Atlântico, os colonizadores encontraram, a partir do século XVI, grupos de caçadores vivendo em regime semi-nômade. Entretanto, nas terras baixas alagadiças, planaltos semi-áridos e vales férteis da Mesoamérica encontraram sociedades com alto grau de complexidade do ponto de vista tecnológico, centralização político-administrativa, grandes centros urbanos, notáveis realizações no campo das artes e a coexistência de formas comunitárias de produção e de propriedade da terra pelo Estado. Sociedades com características similares também foram encontradas na área da Cordilheira dos Andes, num altiplano com altitudes acima de 2.500 metros, densas florestas e costas áridas<sup>37</sup>.

No processo de conquista da América hispânica, povos como os mexicas, os incas, os astecas, os mixtecas e os tlaxcaltecas tiveram seus mundos derrubados e abalados por catástrofes demográficas, perda das referências cosmogônicas, descontextualizações espaciais e imposição de um novo padrão de escrita, o do alfabeto latino, em substituição ao uso anterior de pictografias e glifos. Resultados como estes, que caminhavam *pari passu* à destruição dos templos autóctones e edificação de igrejas e mosteiros cristãos – que se tornariam lugares privilegiados das cidades e da difusão da cultura ocidental –, poderiam significar o total arrasamento dos mundos nativos frente ao choque da conquista.

Ao ocidentalizar as novas terras, os conquistadores desejavam, como dissemos anteriormente, replicar o Velho Mundo na América e expandir a cristandade, da qual também seriam fiéis e súditos reais os índios a serem convertidos. Esperava-se que esse movimento de imposição cultural expurgasse o universo de pensamento e os saberes dos indígenas, mas, o que se observou, pelo menos nos idos do século XVI em diante, foi que a ocidentalização não conseguiu construir réplicas perfeitas do Velho Mundo, mas, esse movimento andou lado a lado com outro fenômeno, o da mestiçagem<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Conforme argumenta Jean Delumeau, as mais importantes cidades do mundo, nos princípios do século XVI, estavam fora da esfera da civilização ocidental. Ambas capitais de fortes impérios, ignoravam-se mutuamente e tinham, a primeira, 250 mil habitantes e a segunda 300 mil, mais que Paris (talvez tivesse 200 mil, à época) e Nápoles (com cerca de 150 mil). Essas cidades eram Constantinopla, no Velho Mundo e a Cidade do México, na América (DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento**, v. 1, p. 27).

<sup>38</sup> Embora reconheça que o conceito de *mestiçagem* é prenhe de ambigüidades e incertezas, podendo ser dividido, grosso modo, em mestiçagem biológica e cultural, Serge Gruzinski utiliza o termo para

Nas palavras do historiador francês Serge Gruzinski,

A ocidentalização não foi apenas uma irrupção destrutiva ou um empreendimento normalizador, já que participou da criação de formas mestiças de expressão. Participação a um só tempo calculada e involuntária, mas participação inegável. Portanto, a política de substituição nem sempre resultou num efeito de tábua rasa, muito pelo contrário. Nem todo o antigo foi substituído e, em geral, o que dele resta se mistura ao que a Igreja conseguiu impor, ao que os índios quiseram conservar, ao que foram capazes de assimilar ou ao que não tiveram força para rejeitar<sup>39</sup>.

A capacidade de mimetismo frente à imposição de hábitos e modos de vida, e, mais que isso, de adaptação dos povos indígenas aos mecanismos da conquista *ocidental* é fato que caracterizou as sociedades indígenas encontradas pelos castelhanos na Mesoamérica, especialmente em Tenochtitlán e nos arredores do Vale do México. Parte da população de nativos dessa região, após cristianizada e alfabetizada nos códigos de leitura e escrita latinos, passou a escrever a sua própria história em textos *mestiços* que ainda se conservam nos arquivos do México e mesmo da Espanha. Trata-se de documentos epistolográficos enviados da parte das autoridades indígenas locais à metrópole, onde faziam um balanço do que haviam guardado na memória, tomando tempo e espaço enquanto categorias hispânicas bastante diversas de suas próprias noções cíclicas e sagradas: o primeiro, unilateral, sucessão linear de fatos; o segundo, um misto de paisagem e toponímia, marcada pela profundidade e pela perspectiva. Nessas *Relaciones geograficas* os índios produziram, portanto, uma versão *aceitável* de sua história para os castelhanos, uma leitura *achatada* e *unidimensional* de suas histórias, cujo ponto fulcral, lembrado, é o choque da conquista<sup>40</sup>.

---

apontar “as misturas que ocorreram em solo americano no século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes - América, Europa, África e Ásia” (Id., p. 62). O autor analisou e comparou obras de arte dos mais diversos matizes (afrescos, mosaicos, pinturas e gravuras em códices) e exemplares escritos de cantos musicais e ainda de escritos literários, tanto da América como da Europa. A partir dos seus pressupostos de mestiçagem desses dois mundos o que conseguiu concluir foi que as pinturas ou gravuras executadas por pintores índios (os *tlacuillo*), para usarmos um exemplo, não conservam somente elementos ameríndios e as de autoria de europeus não guardam somente motivos ocidentais. As produções pictográficas e literárias dos dois mundos, o México da Conquista e a Itália do Renascimento, foco de análise do autor, são fruto de mestiçagens culturais, mesmo quando se tratam de códices de gravuras concebidas em Florença com elementos picturais que pertencem ao universo pré-hispânico. No complexo fenômeno da mestiçagem, que interpõe vencedores e vencidos numa intrincada rede de significações, estes usam elementos culturais uns dos outros, reciprocamente, para explicar a sua realidade após um evento traumático, no caso, o choque da conquista da América, que teve conseqüências para ambos os lados.

<sup>39</sup> Id., p. 294.

<sup>40</sup> Id. **A colonização do imaginário:** sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII), p. 21-151.

Enquanto as *Relaciones* são típicas do século XVI, no decorrer do século XVII os índios cristianizados e alfabetizados produzirão outro tipo de documento, desta vez, não de caráter epistolográfico, mas, com finalidades jurídicas. Estamos nos referindo aos *Títulos primordiales*, que se assemelham na forma e no conteúdo aos títulos fundiários dos colonos, embora sejam anônimos e redigidos – como algumas das *Relaciones* – em língua nativa náuatle nos *pueblos*, registrando “os limites territoriais, exortando os índios da localidade a defendê-los com unhas e dentes”. Eram “dossiês de tamanho variável, que reuniam escrituras de doação, de venda, de concessão de jurisdição, laudos de reconhecimento – *as vistas de ojo* – destinados a definir os limites das terras, interrogatórios contraditórios e, finalmente, escrituras de confirmação que sancionavam a posse”<sup>41</sup>.

Misto de escrita alfabética latina-náuatle e recheada de glifos de origem pré-hispânica que teimavam em persistir mesmo após sua condenação pela Igreja Católica, os *Títulos* expressavam a apropriação do espaço autóctone pela Coroa de Castela, ao passo em que reforçava e corroborava a posse das terras dos *pueblos* pelos nativos. Contraditórios e reflexos de um passado *remendado e fragmentado*, em que remissões ao mundo pré-hispânico e ao cristão são constantemente (re)alinhadas, os *Títulos* indicam que “Muitos encontraram meios de ‘contornar’, assumir e reinterpretar a esgarçada da Conquista, incorporando as instituições, as estruturas, os cargos e os esquemas instalados pela dominação colonial”<sup>42</sup>. Essa mesma perspectiva podemos encontrar nos trabalhos do historiador Guillaume Boccara, estudioso dos Mapuche do Chile, que entende uma *lógica mestiça* como elemento que permeia a história colonial do continente americano. Todavia, não credita aos indígenas o papel de meros espectadores dessa nova história, iniciada com o choque da conquista. Afirma, do contrário, que seu dinamismo e abertura cultural lhes permitiu tirar proveito das contradições e debilidades do sistema colonial e tomar o curso dos acontecimentos. Para tanto, “Utilizaron la misión y otras instituciones de control para sus propios fines, manejaron a su favor los antagonismos que existían entre los distintos actores imperialistas o coloniales, y fueron creando espacios de intermediación y de negociación”<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Id., p. 152-3.

<sup>42</sup> Id., p. 216.

<sup>43</sup> BOCCARA, Guillaume. *Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización*. **Mundo nuevo/Nuevos mundos**, n. 1 p. 10. Opinião compartilhada por ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**, em

Nos domínios lusitanos de além-mar diversas formas de resistência<sup>44</sup> também estiveram presentes, desde os momentos posteriores à chegada dos europeus. Na Capitania do Rio Grande, objeto de análise neste estudo, a cada passo dado pelos conquistadores revelavam-se reações adversas e, por vezes, de passividade e acomodação por parte dos nativos. Compreendemos melhor esse esquema explicativo se encararmos a ocidentalização enquanto um processo gradativo, cujos resultados dependem do maior ou menor grau de aceitação ou incorporação, pelos indígenas, da idéia de coexistir com um território colonial construído sobre seus antigos habitats. Ainda mais, como um processo historicamente marcado por tentativas de natureza diversa com o objetivo essencial de integrar os espaços situados na porção norte da colônia portuguesa na América – como a donataria do Rio Grande – à ordem ocidental<sup>45</sup>.

Não compartilhamos da idéia, todavia, de que a ocidentalização tenha transmigrado os valores da cultura ocidental – e bem assim, suas instituições – de maneira incólume para o Novo Mundo. Mas, sim, que o Ocidente foi construído, nas terras situadas no ultramar, através de mestiçagens provenientes de um dado momento histórico de encontros interculturais entre povos de quatro partes do mundo, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

---

relação à capacidade de adaptação dos índios da América Portuguesa, em situações de dominação/imposição, sobretudo nos ambientes dos aldeamentos missionários.

<sup>44</sup> Estamos tratando como *resistência*, neste ponto, as diversas formas de oposição do nativo ao empreendimento colonial, desde as resistências mudas ou subreptícias até as que tomaram o confronto armado como meio de resolução de suas queixas contra o europeu. Exemplos dessas resistências podem ser vistos em TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro, quando analisa as reações e adaptações das sociedades indígenas da América frente aos conquistadores, bem como em BRUIT, Héctor. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. **Cadernos CEDES:** a conquista da América. Para o Brasil, referência obrigatória no assunto é VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial e BARROS, Paulo Sérgio. **Idolatrias, heresias, alianças:** a resistência indígena no Ceará Colonial. Conferir ainda, sobre a mesma temática, BARROS, Paulo Sérgio. **Cultura e resistência indígena no Ceará colonial (1603-1720)** e ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **A resistência indígena na conquista e colonização da América Latina.**

<sup>45</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande (séculos XVI-XVIII):** arcaicos e modernos, p. 15-6. Ao problematizar a relação entre arcaísmo e modernidade/tradição e inovação nos documentos produzidos pelos inacianos a respeito da Capitania do Rio Grande, a autora afirma que, no geral, esse território passou por dois momentos a ser integrado na ordem ocidental: um representado pela conquista do litoral e outro pela dos interiores. Partindo desse raciocínio, acreditamos que essa *conquista dos interiores* pode ser dividida em dois instantes, um representado pela *experiência* dos holandeses com os nativos, como se o sertão fosse um *laboratório* do processo de ocidentalização, e outro que se configura como a implantação do Ocidente, também no sertão, situada historicamente no período da Restauração Portuguesa e assinalada com a construção, paulatina, de diferentes níveis da administração lusitana.

## 5. Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANDRADE, Joel Carlos de Souza; ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. Do Paraíso às Chamas, das Chamas ao Paraíso. **Mneme – Revista de Humanidades**, n. 10, v. 5, abr./jun. 2004. Disponível em <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 03 jan. 2005.
- ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **A resistência indígena na conquista e colonização da América Latina**. 1994. 23p. Monografia (Especialização em América Latina). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.
- AYERBE, Luis Fernando. **O Ocidente e o “resto”**: A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 1, n. 14, p. 187-211, 1993, Recife (Série História do Nordeste).
- BARROS, Paulo Sérgio. Idolatrias, heresias, alianças: a resistência indígena no Ceará Colonial. **Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória**, ano II, n. 2, 1998. Disponível em <<http://www.galindo.demon.nl/ethnos3/barros.htm>>. Acesso em: 21 jul.2002.
- BASTOS, Elide Rugai. Brasil: um outro Ocidente? **Ciência & Trópico**, Recife, v. 29, n. 1, p. 33-60, jan./jun. 2001.
- BOCCARA, Guillaume. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis, etnificación y mestizaje en tiempos de globalización. **Mundo Nuevo/Nuevos Mundos**, n. 1, 2001a, Paris. Disponível em <[www.ehess.fr/cerma/Revue/debates.htm](http://www.ehess.fr/cerma/Revue/debates.htm)>. Acesso em: 28 jan. 2005.
- BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BRUIT, Héctor H. O visível e o invisível na conquista hispânica da América. In: KOSSOVITCH, E. A. (org.). **Cadernos CEDES**: a conquista da América. São Paulo: Papyrus, 1993. p. 15-32.
- COSTA, Sérgio. Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial. 28p. **Cholonautas – Biblioteca Virtual**. Disponível em <<http://www.cholonautas.edu.pe>>. Acesso em: 30 jan.2005.
- COSTA, Sérgio. Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós-colonial. 28p. **Cholonautas – Biblioteca Virtual**. Disponível em <<http://www.cholonautas.edu.pe>>. Acesso em: 30 jan.2005.
- CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos Índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998.
- DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento**. 2v. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GROPPO, Luís Antonio. Transculturação e novas utopias. **LuaNova**, n. 64, p. 61-84, 2005.
- GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUENEÉ, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados**. São Paulo: Livraria Pioneira/Edusp, 1981.

GUENÓN, René. **Oriente y Occidente** [ 1924 ]. Disponível em <<http://www.renegenon.net>>. Acesso em 19 de jul. 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 135-48, 1997.

LE GOFF, Jacques. Globalização: qual o impacto dos atentados sobre o processo de globalização? **Veja**, 26 dez. 2001. p. 158-60.

MACHADO, Igor José de Renó. **O que é o pós-colonialismo?** Disponível em <[http://www.ufscar.br/~igor/apresenta\\_variada.php](http://www.ufscar.br/~igor/apresenta_variada.php)>. Acesso em: 12 de mar. 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, v. I, livro I (O processo de produção do capital). 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NEMO, Philippe. **O que é o Ocidente?** São Paulo: Edunesp, 2004.

NOVAES, Adauto (org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PORTO, Maria Emília Monteiro. Fronteira: jesuítas e missões no Rio Grande colonial. **Café Filosófico**. Disponível em <<http://www.cafefilosofico.cchla.ufrn.br>>. Acesso em: 21 fev. 2006.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo Ocidente: introdução à América Latina**. São Paulo: Edusp, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. Entrevista concedida ao jornalista Carlos Graieb sobre os planos de George Bush com relação ao Oriente Médio. **Veja**, 25 jun. 2003.

SPROVIERO, Mário B. Oriente e Ocidente: Demarcação. **Mirandum**, Pamplona, v. 4, p. 49-58, 1998. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/mirand4/orientee.htm>>. Acesso em: 2 de abr. 2006.

TEÓFILO, Teresa. **Identidade e reconhecimento: o outro chinês**. Contributos para a o estudo da Comunidade Chinesa de Portimão. 2003. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Multiculturalismo e Gestão de Relações Interculturais). Universidade Independente de Lisboa. Lisboa.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir) **História: novos problemas**. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 113-29.